Crédito de Carbono

Novo Mercado





Contador

Mestre em Ciências Contábeis e Administração pela FUCAPE Business School;

Pós-graduado em Auditoria e Perícia Contábil;

MBA Gestão Empresarial;

Professor de Pós-Graduação

Presidente do Conselho Fiscal do Clube do Remo;

Presidente do CRC/PA 2022/2023;

Conselheiro Federal de Contabilidade;

Sócio da Blois e Oliveira Assessoria Contábil.















Créditos de Carbono: Novo mercado

GRUPO DE CONTABILIDADE PÚBLICA



15/09, Segunda-feira





Bacharel em Ciências Contábeis; Mestre em Pós-Graduado em Auditoria e Pericia Contábil; MBA em Gestão Empresarial; Ex-Coordenador do Curso de Contabilidade da FAAM: Professor de Pós-Graduação.



do Sindcont-SP







Ana Maria Costa Coordenadora Vice-Diretora de Educação Continuada e Membro do Grupo do 3º Setor e Contabilidade Pública do Sindcont-SP



Josimar Santos Alves Coordenador Coordenador do Grupo do 3º Setor e Contabilidade Pública e Vice-Diretor Administrativo do Sindcont-SP



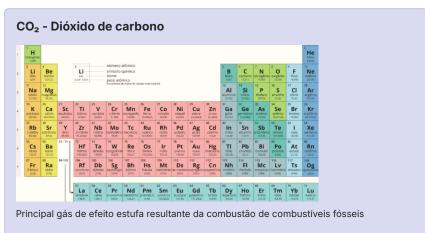
Blois & Oliveira Assessoria Contábil

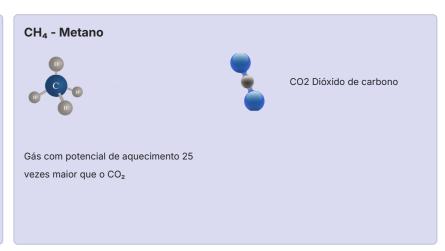
Especializada em soluções contábeis para o mercado de carbono, oferecendo expertise técnica para implementação das novas normas regulamentárias brasileiras.



O Carbono







Apesar de ser o composto essencial para a formação de seres vivos, duas moléculas com carbono estão entre as principais causas do efeito estufa: o dióxido de carbono ou gás carbônico (CO₂) e o metano (CH₄).

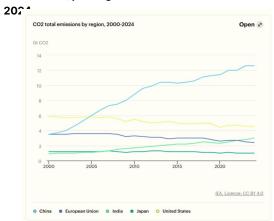
O carbono é um elemento químico essencial para a vida na Terra, presente em todos os seres vivos e em grande quantidade na atmosfera. O aumento das emissões de gases de efeito estufa tem causado um desequilíbrio no ciclo do carbono, afetando a saúde do planeta e criando a necessidade urgente de mecanismos de compensação e neutralização.

Blois & Oliveira Assessoria Contábil - Expertise em regulamentação ambiental e mercados de carbono



Panorama Global das Emissões de CO₂

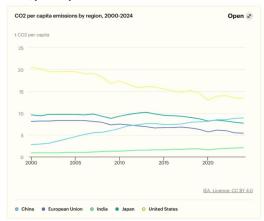
Emissão Co2 por Regiões 2000 -



Análise das tendências regionais de emissões demonstra variações significativas entre diferentes blocos econômicos e geográficos.

Emissão Co2 per Capita 2000 -

2024



Dados per capita revelam disparidades importantes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, fundamentais para políticas

Os dados da Agência Internacional de Energia (IEA) evidenciam a urgência de ações coordenadas globalmente para redução das emissões. O mercado de carbono surge como ferramenta essencial para equilibrar desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental.

CO₂ Emissions - Global Energy Review 2025 - Analysis - IEA

www.iea.org



Próximos IFRS's com

2026

Evolução Regulatória: Marco Normativo Brasileiro

publicação prevista em vista as normas existentes, aos referidos ativos Sem uma regulamentação de carbono. S - Biodiversidade brasileira voltada IFRS S2 estabelece requisitos para S - Capital Humano especificamente para créditos divulgações financeiras relacionadas a de carbono riscos e oportunidades climáticas, visando aumentar a transparência e a responsabilidade corporativa em questões de sustentabilidade ...2022 2023 2024 2024 **SIFRS**

Risco de "greenwashing"

1) Harmonizar a forma como as empresas reportam suas emissões de gases de efeito estufa, tornando os dados mais confiáveis e comparáveis; 2) Auditoria de asseguração razoável. definição da estratégia, das oportunidade e riscos físicos e de transição, trazendo transparência e responsabilidade para as emissões diretas e indiretas (cadeia de suprimentos)

Lei 15.042/2024

NBC CTG 10, OCPC 10 e resolução CVM 223 Trabalhos iniciados em 2022, com o objetivo

de estabelecer tratamento contábil, tendo em

Institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE) e estabelece novas regras para o controle de emissões GFF no Brasil

12



NBC CTG10 - Marco Contábil Nacional

A NBC CTG 10 representa um marco histórico na contabilidade brasileira, estabelecendo pela primeira vez diretrizes específicas para instrumentos ambientais.

Esta norma revoluciona a forma como organizações tratam contabilmente seus compromissos de sustentabilidade, proporcionando clareza técnica e transparência para o mercado.









NBC CTG 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissão e Créditos de Descarbonização (CBIO)

Uma nova era na contabilização de instrumentos ambientais chegou ao Brasil. Aprovada em 12 de dezembro de 2024 pelo Conselho Federal de Contabilidade, a NBC CTG 10 estabelece diretrizes fundamentais para o reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização (CBIO).

Esta norma representa um marco histórico para a contabilidade brasileira, baseando-se na Orientação Técnica OCPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e sendo oficialmente publicada no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 2024.

Seu impacto será transformador para organizações que atuam no mercado de carbono e buscam alinhar suas práticas contábeis com os compromissos de sustentabilidade. A norma estabelece critérios claros para reconhecimento, mensuração e evidenciação, eliminando incertezas técnicas que limitavam o desenvolvimento do mercado brasileiro.

0

Reconhecimento Padronizado

Critérios uniformes para identificar quando um ativo ambiental deve ser registrado 0

Mensuração Técnica

Metodologias específicas para valorar créditos de carbono e instrumentos similares

0

Évidenciação Transparente

Requisitos detalhados para divulgação em demonstrações financeiras



Objetivo e Escopo da Norma

A NBC CTG 10 estabelece **requisitos básicos e padronizados** para o tratamento contábil de três categorias fundamentais de instrumentos ambientais que estão revolucionando o mercado de sustentabilidade:





Créditos de Carbono (tCO₂e)

Certificados que representam a redução ou remoção de uma tonelada de dióxido de carbono equivalente da atmosfera



Permissões de Emissão ("Allowances")

Licenças governamentais que autorizam a emissão de uma quantidade específica de gases de



Créditos de Descarbonização (CBIO)

Instrumentos brasileiros que comprovam a contribuição para redução de emissões no setor de

A norma possui aplicação abrangente, cobrindo tanto entidades estudias inam ou adquirem esses instrumentos parabolistivas metas de descarbonização quanto aquelas que os negociam comercialmente.



Um aspecto crucial da norma é seu tratamento dos **passivos associados**, incluindo obrigações legais e não formalizadas, conforme definido na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, garantindo transparência total nas demonstrações financeiras.



Estrutura e Principais Componentes da

Noccido foi estruturada de forma abrangente para atender às diversas necessidades do mercado de carbono brasileiro. Sua organização reflete a complexidade e a importância crescente deste setor:

Seção	Conteúdo Principal
Alcance e Agentes Econômicos	Define claramente quem está no escopo: entidades que atuam com originação, aquisição, negociação e outros modelos de negócio relacionados aos instrumentos ambientais
Mercado de Créditos de Carbono	Diferencia e estabelece critérios para mercados voluntários e compulsórios, reconhecendo as especificidades de cada modalidade
Bases Normativas Utilizadas	Estabelece o relacionamento harmonioso com a NBC TG 25 e outras normas contábeis aplicáveis, garantindo consistência técnica
Reconhecimento e Mensuração	Define critérios precisos para registrar e quantificar créditos de carbono, permissões de emissão e CBIO nas demonstrações financeiras
Passivo por Compensação	Estabelece metodologia para contabilizar obrigações assumidas ou potenciais relacionadas à neutralização de emissões

Esta estrutura garante que as organizações tenham diretrizes claras e consistentes para todas as situações relacionadas aos instrumentos de carbono, promovendo comparabilidade e transparência no mercado.



Principais Desafios e Pontos de Atenção



A implementação da NBC CTG 10 traz importantes desafios técnicos e práticos que exigem atenção especializada dos profissionais contábeis e de auditoria.

Definições Contextuais

Estabelecer definições precisas do que constituem créditos de carbono, permissões e CBIO para cada contexto específico: originação, compra ou negociação

Integração com ESG

comercial

Alinhar a contabilização com metas corporativas de sustentabilidade e políticas ESG já estabelecidas pela organização.

Identificação de Passivos

Reconhecer adequadamente passivos, especialmente aqueles não formalizados ou decorrentes de obrigações legais implícitas, evitando omissões significativas.

Adaptabilidade Regulatória

Preparar-se para possíveis revisões futuras da norma, acompanhando a evolução do mercado regulatório e voluntário de carbono.

Transparência na Evidenciação

Garantir divulgação clara e compreensível nas demonstrações financeiras e notas explicativas, atendendo às necessidades dos usuários.

Estes desafios requerem investimento em capacitação técnica, sistemas de controle interno robustos e processos de governança adaptados à nova realidade regulatória do mercado de carbono brasileiro.



Impacto Transformador para as Organizações Brasileiras

A NBC CTG 10 representa uma transformação fundamental na forma como as organizações brasileiras abordam a contabilização de seus compromissos ambientais, criando um ambiente de maior transparência e credibilidade no mercado de carbono nacional.





Alinhamento com Metas de Descarbonização

Permite que entidades alinhem contabilmente suas operações com metas de descarbonização de forma regulamentada e padronizada, fortalecendo compromissos climáticos corporativos e facilitando o cumprimento de acordos internacionais.





Credibilidade e Conformidade ESG

Aumenta significativamente a credibilidade corporativa e conformidade com políticas ambientais e de ESG, melhorando a percepção de investidores, stakeholders e órgãos reguladores sobre a seriedade dos compromissos ambientais.





Facilitação de Negociações e Auditorias

Simplifica processos de negociação, auditorias especializadas e prestação de contas quando há uso ou comercialização de créditos de carbono ou CBIO, reduzindo riscos regulatórios e aumentando a eficiência operacional.





Impactos Tributários e Regulatórios

Pode gerar impactos tributários ou regulatórios específicos dependendo do setor de atuação e jurisdição, exigindo análise cuidadosa das implicações fiscais e conformidade com regulamentações setoriais aplicáveis.

Oportunidade Estratégica: A implementação adequada da NBC CTG 10 posiciona as organizações na vanguarda da contabilidade ambiental, preparando-as para um futuro cada vez mais orientado pela sustentabilidade e responsabilidade climática.





OCPC10 - Conceitos

Créditos de Carbono

Créditos de carbono, metano e demais créditos originados por projetos que reduzam ou evitem a emissão de gases de efeito estufa (GEE), assim como aqueles originados por projetos que sequestram ou removam os GEE da atmosfera. Crédito de Carbono representa uma tonelada de Dióxido de Carbono (CO₂) que é removida da atmosfera ou evitada de ser inserida.

Permissões de **Emissão** (allowances):

emissão desses gases.

emitidas por Governos (ente governamental) para direcionar ações dos agentes econômicos conforme limite de emissão definidos pelos agentes governamentais. Ressalte-se que allowances não são créditos de carbono per si, embora possam ser categorizados como direitos similares aos créditos de carbono, uma vez que representam permissões para emissões de GEE, dentro de um programa formal de redução de

CBIO - Créditos de Descarbonização

Créditos de Descarbonização (CBIO): originados no âmbito do programa RenovaBio, instituído pela Lei nº

13.576/2017, para incentivar a redução de emissões no setor de combustíveis fósseis.





OCPC 10 (CPC) – Créditos de Carbono, Permissões de Emissão e CBIO

Marco regulatório contábil para instrumentos ambientais no mercado brasileiro, estabelecendo diretrizes claras para reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização.

A OCPC 10 representa um avanço significativo na padronização contábil brasileira, proporcionando clareza técnica e metodológica para empresas que atuam no mercado de carbono. Esta orientação técnica elimina incertezas regulatórias e estabelece fundamentos sólidos para o desenvolvimento do mercado nacional de instrumentos ambientais.

100%

Compatibilidade

Com as melhores práticas internacionais de contabilidade ambiental

3

Instrumentos

Créditos, permissões e CBIO cobertos pela orientação 2025

Vigência

Ano de implementação obrigatória da norma



Cronologia da OCPC 10: Desenvolvimento e Implementação

Outubro 2024

Aprovação pelo

Norma OCPC 10 aprovada pelo **CPC** de Pronunciamentos Contábeis, estabelecendo diretrizes fundamentais para o tratamento contábil de instrumentos ambientais.

Janeiro 2025

Vigência

Entrada em vigor através da Re**sbrig atória**3, tornando-se obrigatória para todas as companhias abertas no mercado brasileiro.

Dezembro 2024

Divulgação Oficial

Publicação da orientação técnica em 16 de dezembro, disponibilizada através do portal oficial do CPC para consulta pública.



A OCPC 10 surge como resposta à necessidade de padronização contábil no contexto da Lei 15.042/2024, que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), e integra-se também ao programa RenovaBio, consolidando o arcabouço regulatório brasileiro para mercados de carbono.



Objetivo da OCPC 10



Créditos de

Cathons equivalentes de CO₂ (tCO₂e)

- Certificados de redução verificada
- Projetos de sequestro de carbono
- Instrumentos de compensação

Permissões de

Emissãos regulatórias

- Cotas governamentais
- Direitos de emissão
- Sistemas de cap-and-trade

CBIO

Créditos de Descarbonização

- Programa RenovaBio
- · Biocombustíveis eficientes
- Metas de descarbonização

Aplicação Abrangente: A norma se aplica a entidades que originam, compram para cumprir metas de descarbonização ou negociam esses instrumentos, incluindo o tratamento de passivos associados e obrigações não formalizadas.

A orientação estabelece requisitos básicos de **reconhecimento, mensuração e evidenciação** desses instrumentos financeiros ambientais, proporcionando clareza metodológica para o tratamento contábil adequado em diferentes modelos de negócio.



Estrutura e Tópicos Principais

02 - Alcance

Define quais entidades estão sujeitas à orientação e quais operações estão incluídas, diferenciando entre mercado compulsório e voluntário de carbono.

04 - Reconhecimento e Mensuração

Estabelece critérios detalhados para quando e como reconhecer ativos ou passivos, com metodologias que dependem do papel da entidade no mercado.

06 - CBIO -

RenovaBio específico brasileiro dos créditos de descarbonização, incluindo originação, mensuração e obrigações particulares do programa.

Agentes Econômicos

Classifica os diferentes modelos de negócio: originação de créditos, intermediação comercial e usuário final, cada um com tratamento contábil específico.

Permissões de Emissão

Trata especificamente dos allowances, distinguindo entre sistemas internacionais (ETS) e o sistema brasileiro em desenvolvimento.

Passivo por Compromisso

Define tratamento para obrigações de neutralização, incluindo compromissos formalizados e não formalizados, mensuração e extinção.



Pontos de Atenção e Desafios

Definição do Papel no Mercado

A classificação como originador, intermediário ou usuário final impacta diretamente o reconhecimento, classificação e mensuração dos instrumentos. Diagnóstico preciso é fundamental para aplicação correta da

Certificação e Verificação

A validação da origem e autenticidade dos créditos de carbono requer processos rigorosos de verificação por terceiros independentes, essenciais para o reconhecimento contábil adequado.

Mensuração Subsequente

Escolha entre custo, valor realizável líquido ou valor justo pode resultar em variações significativas nos valores patrimoniais, exigindo julgamento técnico consistente.

Transparência nas Divulgações

Necessidade de evidenciação detalhada de políticas contábeis, julgamentos críticos, estimativas e modelo de negócio adotado para garantir comparabilidade.

Passivos Ocultos

Identificação adequada de compromissos assumidos é crucial para evitar subavaliação de obrigações ambientais não formalizadas que podem impactar significativamente o patrimônio.

norma.



Importância Prática e

Recomendações Importância Prática



Uniformidade

Caramé bilmparabilidade e transparência nas demonstrações financeiras das companhias abertas, elevando a qualidade da informação disponível ao mercado.





Conformidade

Requelatória da CVM, Lei 15.042/2024 e RenovaBio, assegurando compliance integral com o arcabouço legal brasileiro.





Impacto Patrimonial

Influencia valor patrimonial, resultado operacional e percepção de risco, elementos fundamentais para decisões de investimento e avaliação ESG.

Recomendações Estratégicas

01

Mapeamento

Refirza Giagnoltico completo das operações para identificar exposição e participação nos instrumentos ambientais cobertos pela norma.

0

Estruturação de

ENDIFICIES processos de certificação, auditoria independente e documentação robusta para suporte às posições contábeis.

0

Ådequação

Sistêmolica sistemas contábeis capazes de mensurar, registrar e divulgar adequadamente, garantindo conformidade técnica integral.

Ω

⁴Transparência

Informativas explicativas detalhadas para assegurar transparência completa perante investidores, auditores e reguladores.

Marco Histórico: A OCPC 10 representa um marco regulatório-contábil fundamental no Brasil para 2025, estabelecendo base contábil clara para instrumentos ambientais sem abranger questões tributárias ou legais, que permanecem sujeitas à legislação específica.



Objetivo Comercialização - Tratamento Contábil

Originador

1

Comercialização

Estoque em rubrica segregada (CPC 16)

2

Intermediário

Comercialização

Estoque

Mensuração Inicial

Custo

(i) Os gastos incorridos pelo **Originador** para comercialização (planejamento, estudos e monitoramento, certificação, taxas) devem ser registrados como intangível em andamento e posteriormente reclassificados para estoque

Mensuração Subsequente

Dos dois o menor:

- Custo
- Valor realizável líquido
- Blois & Oliveira Assessoria Contábil | Especialista em tratamento contábil diferenciado por modelo de negócio





Objetivo Compensar - Tratamento Contábil

2

Originador

Compensação

Intangível

Usuário Final

Compensação

Intangível

Mensuração Inicial

Custo de aquisição

Valor pago ou a pagar pela aquisição dos créditos de carbono destinados à compensação de emissões

Mensuração Subsequente

Custo deduzido da amortização ou pelo valor recuperável, dos dois o menor

Aplicação das regras do CPC 04 - Ativo Intangível

- Quando utilizados para compensação, os créditos de carbono são tratados como ativos intangíveis, seguindo a vida útil relacionada ao período de compensação ou compromisso assumido.
- Blois & Oliveira Assessoria Contábil | Expertise em classificação contábil de ativos intangíveis ambientais





O que é a Resolução CVM

223/2024 Orientação Técnica OCPC 10

A resolução aprova a orientação que estabelece o regime contábil para **créditos de carbono (tCO₂e)**, **permissões de emissão (allowances)** e **créditos de descarbonização (CBIO)**.

Esta regulamentação representa um marco na padronização contábil de instrumentos ambientais no Brasil.

Cronograma de Implementação

Publicada em 16 de dezembro de 2024, a resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Aplica-se exclusivamente aos exercícios sociais iniciados nessa data ou posteriormente, proporcionando tempo adequado para adaptação.

A Resolução CVM 223/2024 estabelece um novo paradigma para o mercado de capitais brasileiro, exigindo maior transparência e padronização na divulgação de informações relacionadas aos instrumentos ambientais. Esta medida fortalece a confiança dos investidores e alinha o Brasil com as melhores práticas internacionais de disclosure ambiental.





Escopo de

Aplicação Entidades Obrigadas



A resolução é direcionada exclusivamente às **companhias abertas** no Brasil — aquelas cujas ações são negociadas no mercado de capitais e estão sob supervisão da CVM.

Instrumentos Abrangidos

A norma se aplica tanto aos ativos relacionados aos instrumentos ambientais quanto aos **passivos associados**, incluindo:

- Obrigações de compensação de emissões
- Compromissos de neutralização
- Passivos formalizados ou não formalizados

Esta abrangência garante que todas as exposições relacionadas ao mercado de carbono sejam adequadamente refletidas nas demonstrações contábeis.

⚠

Importante: A regulamentação se estende além dos ativos, cobrindo também os passivos ambientais que as empresas possam ter assumido.



Principais Exigências e Mudanças

Reconhecimento e Mensuração

As empresas devem reconhecer, mensurar e divulgar todos os ativos e passivos ambientais em suas demonstrações contábeis, seguindo rigorosamente os critérios estabelecidos pela OCPC 10.

Modelos de Negócio Diferenciados

A norma reconhece três modelos distintos: originador, intermediário e usuário final.

Cada modelo requer tratamento contábil específico, determinando se os créditos são mantidos como estoque ou utilizados para neutralização.

Transparência Ampliada

Exigência de divulgação clara das políticas contábeis adotadas, julgamentos críticos e estimativas relevantes. As empresas devem esclarecer se os instrumentos são utilizados para negociação ou compensação de emissões.

Essas mudanças representam uma evolução significativa na forma como as companhias abertas brasileiras devem tratar contabilmente seus compromissos e oportunidades relacionados ao mercado de carbono.



Limitações e Escopo da Regulamentação Foco Exclusivamente



A Resolução CVM 223/2024 **não aborda questões tributárias ou jurídicas**. Seu escopo é restrito aos aspectos contábeis dos instrumentos ambientais. Empresas devem buscar orientação específica para implicações fiscais e legais desses instrumentos.

Evolução Normativa

Futuraentação pode necessitar **revisões futuras** conforme a evolução do cenário normativo nacional e internacional.

Especial atenção deve ser dada às possíveis emissões do IASB sobre o tema, que podem influenciar ajustes na norma brasileira.

Atenção: A separação entre aspectos contábeis, tributários e jurídicos exige que as empresas mantenham expertise multidisciplinar para compliance completo.









Relevância Estratégica da Regulamentação





Padronização Contábil

Garante **uniformização no tratamento contábil** dos ativos e passivos relacionados ao mercado de carbono, criando um framework consistente para todas as companhias abertas brasileiras.





Transparência Aprimorada

Melhora significativamente a **transparência e comparabilidade** das demonstrações financeiras, fornecendo aos investidores e acionistas informações mais claras sobre exposições ESG.





Conformidade Regulatória

Alinha as empresas abertas com legislações recentes sobre mercado de carbono, incluindo a Lei 15.042/2024 e crescentes regulações de sustentabilidade no Brasil.

A Resolução CVM 223/2024 representa um passo fundamental na evolução do mercado de capitais brasileiro em direção à transparência ambiental e à responsabilidade corporativa.





Fundamentos Técnicos: CPC25 para Provisões

Ambientais

CPC25: As provisões ou contas a pagar são reconhecidas quando:

- Existe uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de eventos passados;
- É possível que haja uma saída de recursos para liquidar a obrigação;
- O valor da obrigação pode ser mensurado de forma confiável.

"

Exemplo Prático

Empresas que participam de mercado regulado de carbono e excedam suas permissões de emissão devem reconhecer uma provisão para cobrir a compra de permissões adicionais ou multas regulamentares.



A aplicação do CPC 25 no contexto ambiental exige análise cuidadosa para identificar obrigações legais ou implícitas relacionadas a compromissos de neutralização ou compensação de emissões. Esta abordagem garante que os passivos ambientais sejam adequadamente reconhecidos e mensurados.





Critérios para Reconhecimento de Passivos por Compensação

Fato Gerador Específico

Compromissos relacionados à neutralização ou compensação de emissões devem ser reconhecidos como passivo somente na medida em que se refiram a emissões de GEE já realizadas até a data de reporte, ou seja, o fato gerador do compromisso de compensação de emissões de GEE é referente aos gases já emitidos.

Limitação Temporal

Expectativas de emissões futuras relacionadas a compromissos de compensação já assumidos não devem ser reconhecidas como passivo, uma vez que o evento passado que resultaria no reconhecimento da obrigação não ocorreu.

Este critério temporal é fundamental para evitar o reconhecimento prematuro de passivos relacionados a emissões que ainda não ocorreram, mesmo que existam compromissos formais de compensação futura.

A aplicação correta destes critérios garante que as demonstrações financeiras reflitam adequadamente as obrigações efetivas da entidade, evitando distorções na posição patrimonial e financeira.





Lei nº 15.042/2024: O Novo Marco do Mercado Regulado de Carbono no Brasil

Uma análise completa da legislação que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE) e seus impactos para o setor empresarial e a economia nacional.

Esta lei representa uma transformação estrutural na economia brasileira, estabelecendo o primeiro sistema nacional de comércio de emissões e posicionando o Brasil entre os países pioneiros na regulamentação de mercados de carbono. O SBCE criará incentivos econômicos diretos para a descarbonização, transformando a sustentabilidade em vantagem competitiva para empresas brasileiras.



Marco Legal: Lei nº 15.042 de 11 de julho de

2Q24os Estratégicos da

Legislação

A Lei nº 15.042/2024 representa um marco histórico na política climática brasileira, instituindo oficialmente o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Esta legislação pioneira estabelece um mercado regulado de carbono com objetivos claros e ansistados y isa estimular a redução das emissões de gases de efeito estufa através de mecanismos econômicos inovadores, promovendo a transição para uma economia de baixo carbono e integrando o Brasil aos mercados internacionais de carbono.



2024

Aprovação

Ano de sanção da lei marco do mercado de carbono

10

Pioneiro

Sistema nacional de comércio de emissões na

100%

Cobertura

Setores de alto impacto ambiental incluídos no sistema

brasileiro

América Latina

Finalidades e Objetivos do SBCE





Redução de Emissões de GEE

Estabelece incentivos econômicos diretos para que empresas reduzam suas emissões de gases de efeito estufa, criando um ambiente competitivo favorável à sustentabilidade.





Transição Econômica

Implementa mecanismos econômicos estruturados para acelerar a transição nacional para uma economia de baixo carbono, alinhada com as melhores práticas internacionais.



Integração Internacional

Conecta o Brasil aos mercados globais de carbono, respeitando as metas de descarbonização estabelecidas nas NDCs do Acordo de Paris e fortalecendo a posição brasileira no cenário climático mundial.

O SBCE funciona como um catalisador para inovação tecnológica e eficiência operacional, transformando desafios ambientais em oportunidades econômicas concretas para o setor produtivo brasileiro.



Instrumentos Fundamentais do Sistema



Permissões de Emissão

Títulos oficiais que autorizam emissões limitadas por setor econômico, funcionando como licenças regulamentadas para atividades produtivas com impacto climático.

Créditos de Carbono

Instrumentos gerados por projetos comprovados de redução ou remoção de emissões, permitindo compensação e comercialização no mercado regulado.

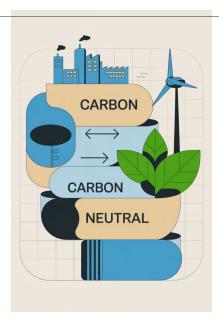
Registro Nacional de Emissões

Sistema centralizado para monitoramento, registro e verificação de todas as transações e emissões no âmbito do SBCE.

Estes instrumentos trabalham em conjunto para criar um ecossistema robusto de incentivos econômicos à descarbonização, permitindo flexibilidade operacional dentro de limites ambientais rigorosos.







Como Funciona o SBCE: Mecanismo Cap-and-Trade

01 - Definição do Teto de Emissões

O governo estabelece limites setoriais de emissões através de regulamentação específica. Cada empresa recebe um volume de permissões baseado em seu histórico operacional e nas metas nacionais de descarbonização.

02 - Distribuição das Permissões

As permissões podem ser distribuídas gratuitamente nas fases iniciais, leiloadas pelo governo ou negociadas entre empresas no modelo cap-and-trade, criando um mercado dinâmico.

03 - Monitoramento e Compliance

Empresas devem implementar sistemas MRV (Monitoramento, Relato e Verificação) para acompanhar suas emissões. O descumprimento pode resultar em multas e restrições regulatórias.

O sistema cap-and-trade estabelece um teto total de emissões (cap) e permite que empresas comercializem (trade) suas permissões, criando incentivos de mercado para eficiência ambiental e inovação tecnológica.



Exemplo Prático: Siderúrgica no Sistema

SBCE Cenario Operacional

Uma siderúrgica recebe autorização governamental para emitir 100.000 toneladas de CO₂e anuais, baseada em seu perfil produtivo e metas setoriais estabelecidas pelo regulador.



Situação de

EXCENSOesa emitir 110.000 toneladas (10.000 acima do limite), deve adquirir créditos de carbono ou permissões excedentes de outras empresas para regularizar sua situação no sistema.



Este mecanismo cria incentivos econômicos diretos para eficiência energética e investimentos em tecnologias limpas, transformando a sustentabilidade em vantagem competitiva.



10K



Toneladas de CO₂e anuais permitidas

ExcessoToneladas que devem ser compensadas

Por tonelada de CO₂e no mercado

Oportunidades e Desafios

Empresariais Oportunidades Estratégicas

- Inserção no mercado regulado de carbono com potencial de receita
- Valorização de ativos ambientais e projetos sustentáveis existentes
- Geração de receita através da venda de créditos certificados
- Diferenciação competitiva no mercado através de práticas ESG



▲ Obrigações e Adaptações

Necessáriasão de sistemas robustos de monitoramento de emissões

- Reestruturação de processos contábeis para ativos ambientais
- Alinhamento de metas corporativas com compromissos nacionais
- Investimento em capacitação técnica e compliance ambiental



O sucesso na implementação do SBCE depende da capacidade das empresas de transformar desafios regulatórios em oportunidades de negócio, investindo em inovação e eficiência operacional para maximizar os benefícios do novo



Integração com Normas Contábeis Nacionais



NBC CTG 10

Estabelece as regras fundamentais para contabilização de ativos e passivos ambientais, definindo critérios de mensuração e reconhecimento contábil.

OCPC 10

Fornece orientações técnicas específicas e detalhadas para aplicação prática das normas contábeis relacionadas a questões ambientais.

Resolução CVM 223/2024

Torna obrigatório para empresas abertas seguir a OCPC 10 e evidenciar créditos e passivos ambientais em notas explicativas.

A Lei 15.042/2024 funciona em perfeita sincronia com este arcabouço normativo contábil, criando um sistema integrado que abrange desde a regulamentação do mercado até a contabilização adequada dos instrumentos ambientais.

Esta integração garante que as empresas brasileiras tenham diretrizes claras e consistentes para operar no mercado de carbono, desde a conformidade legal até a transparência financeira.



Cronograma de Implementação e Próximos



Este cronograma escalonado permite adaptação gradual das empresas e refinamento do sistema baseado em experiências práticas dos setores piloto.

Empresas devem iniciar suas preparações imediatamente para aproveitar ao máximo as oportunidades da transição regulatória.





Considerações Finais: Um Novo Paradigma

Brasileiro

Transformação do Cenário Nacional

A Lei nº 15.042/2024 representa uma mudança paradigmática na abordagem brasileira às questões climáticas, estabelecendo um framework robusto e tecnicamente sólido para o merçado de carbono nacional. Este sistema posicionará o Brasil como protagonista global na economia de baixo carbono, criando oportunidades econômicas significativas enquanto contribui efetivamente para os objetivos climáticos internacionais.



"O SBCE não é apenas uma obrigação regulatória, mas uma oportunidade estratégica para transformar sustentabilidade em vantagem competitiva."

Próximos Passos Recomendados

1

Empresas devem iniciar imediatamente a preparação para o novo sistema, investindo em capacitação técnica, sistemas de monitoramento e adequação contábil para maximizar os benefícios desta transformação regulatória.



Lei 15.042/2024 - Fases de Implementação

Fase I - 1 ano (prorrogável por mais 12 meses)

Regulamentação da Lei

Desenvolvimento de regulamentação específica e estruturação institucional do sistema

Fase II - 2 anos

Sistemas de Monitoramento

Operadores estarão sujeitos à submissão de plano de monitoramento e de relator de emissões e remoção de GEE ao órgão gestor do SBCE

Fase III - 1 ano

Operacionalização dos Instrumentos

Operacionalização, pelos operadores, dos instrumentos de relato de emissões

Fase IV - Sem prazo

Elefirido onal de Alocação

Vigência do primeiro Plano Nacional de Alocação, com distribuição não onerosa de Cota Brasileira de Emissões e implementação do mercado de ativos SBCE

Fase V

Implementação Plena

Implementação plena do SBCE, ao fim da vigência do primeiro Plano Nacional de Alocação





Critérios de Enquadramento no SBCE

10K

25K

Limite Mínimo

Limite Obrigatório

Acima de 10.000 tCO₂ anuais para monitoramento

Acima de 25.000 tCO₂ anuais para participação compulsória

Exceções Importantes: Exceto à produção primária agropecuária, bem como os bens, benfeitorias e infraestrutura no interior de imóveis rurais a ela diretamente associados e às unidades de tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos e efluentes líquidos desde que comprovadamente adotem sistemas e tecnologias para neutralizar as emissões.

Estes critérios estabelecem um escopo claro para participação no SBCE, focando em grandes emissores industriais enquanto preserva setores específicos da economia nacional. A diferenciação entre os limites permite implementação gradual e adaptação setorial.





Instrumentos do SBCE e Regulamentação Financeira

Reconhecimento de Créditos

Créditos de Carbono tem a possibilidade de serem reconhecidos como CRVEs

 Certificado de Redução ou Remoção Verificada, caso sejam originados a partir de metodologias credenciadas pelo órgão gestor.

Supervisão CVM

Quando negociados no mercado financeiro, as CBEs, os CRVEs e os Créditos de Carbono, serão regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Esta estrutura regulatória dual garante que os instrumentos ambientais tenham tanto legitimidade técnica quanto supervisão financeira adequada, proporcionando segurança jurídica e transparência para todos os participantes do mercado.

A supervisão da CVM sobre instrumentos negociados no mercado financeiro alinha o Brasil com as melhores práticas internacionais, garantindo proteção aos investidores e integridade do mercado.



Blois & Oliveira Assessoria Contábil | Consultoria especializada em instrumentos financeiros ambientais





Recomendações Estratégicas para Empresas

- Aprimorar sistemas de mensuração e controle das emissões
- Incorporar adequadamente nas demonstrações financeiras os impactos financeiros possíveis regulatórios



- Identificar os riscos da implementação que possam afetar seu desempenho operacional no seu planejamento estratégico
- Monitorar outras empresas do setor para avaliar boas práticas
- Participar de associações do setor e articular advocacy
- Engajamento e formação da liderança e dos times envolvidos
- Considerar como risco de transição nos relatórios financeiros de sustentabilidade, para impactos financeiros de curto, médio e longo prazo com report para cumprimento da Lei

A implementação bem-sucedida do SBCE requer uma abordagem holística que integre aspectos técnicos, financeiros, estratégicos e operacionais. Empresas proativas que anteciparem essas demandas estarão melhor posicionadas para capturar valor no novo mercado de carbono brasileiro.



(91) 98895-9155



ian.blois@bloiseoliveira.com.br

Obrigado!



Blois & Oliveira ASSESSORIA CONTÁBIL